

(PROVISÓRIO)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – SOCIOLOGIA DO DIREITO	35
1. Introdução à sociologia da administração judiciária	35
1.1. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia)	35
1.2. Gestão	36
2. Relações sociais e relações jurídicas	51
2.1. A sociologia jurídica em Durkheim e Weber	51
2.2. Controle social e o Direito	56
2.3. Transformações sociais e Direito	63
2.4. O pensamento de Michel Foucault: direito, poder e verdade jurídica	66
2.4.1. Direito e sociedade disciplinar: o criminoso como inimigo social e o panoptismo	67
2.4.2. O conhecimento como invenção	69
2.4.3. Prática penal e formas de verdade	71
3. Direito, Comunicação Social e opinião pública	75
3.1. Introdução	75
3.2. A opinião pública e o Direito	76
3.3. O Direito na mídia	79
3.4. Comunicação social do Poder Judiciário	87
4. Conflitos sociais e mecanismos de resolução	92
4.1. Aspectos gerais	92
4.2. Sistemas não judiciais de composição de litígios	94
4.2.1. Justiça multiportas	95
4.2.2. Autotutela, autocomposição e heterocomposição ..	98

5.	Tópicos especiais de sociologia jurídica	104
5.1.	O Direito como ciência	104
5.2.	O Direito como ideologia	106
5.3.	Direito estatal e extraestatal	107
5.4.	A função simbólica do Direito	111
5.5.	O acesso à justiça	112
6.	QUESTÕES DE CONCURSO	116
CAPÍTULO II – PSICOLOGIA JURÍDICA		127
1.	A psicologia como ciência: estado atual	127
1.1.	Introdução	127
1.2.	As diversas direções metodológicas de psicologia	128
2.	A psicologia jurídica e a personalidade humana	134
3.	O inconsciente e a estrutura do psiquismo	139
3.1.	As contribuições de Sigmund Freud	139
3.2.	O pensamento de Carl Gustav Jung	141
4.	Psicologia jurídica: uma breve história e o papel do psicólogo jurídico	144
5.	Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia	147
5.1.	Aspectos gerais sobre psicologia e comunicação	147
5.2.	Relacionamento interpessoal	148
5.3.	Relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia	150
6.	Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual	152
7.	Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos	161
7.1.	Introdução à teoria do conflito social	161
7.2.	Procedimentos, técnicas, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução alternativa dos conflitos. <i>Rapport</i>	164
7.3.	Espirais de conflito, processos destrutivos e construtivos	167
8.	O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial	168
8.1.	Aspectos gerais	168
8.2.	O comportamento de partes e testemunhas	172
9.	QUESTÕES DE CONCURSO	177

CAPÍTULO III – ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL	183
1. Regime jurídico da magistratura nacional	183
1.1. Carreiras	184
1.2. Ingresso	190
1.3. Promoções	192
1.4. Remoções	202
2. Direitos e deveres funcionais da magistratura	204
3. Código de Ética da Magistratura Nacional	215
4. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário	221
4.1. Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	221
4.2. Conselhos Superiores	229
4.3. Corregedorias	234
4.4. Ouvidorias	241
5. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados	244
6. Administração judicial	255
6.1. Planejamento estratégico	255
6.2. Modernização da gestão	259
7. QUESTÕES DE CONCURSO	262
CAPÍTULO IV – FILOSOFIA DO DIREITO	273
1. O conceito de Justiça	273
1.1. Sentido <i>lato</i> de Justiça, como valor universal	274
1.2. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político	279
1.3. Divergências sobre o conteúdo do conceito	280
2. O conceito de Direito	281
2.1. Aspectos gerais: <i>quid ius?</i>	281
2.2. Evolução histórica do fenômeno jurídico	284
2.2.1. O Direito “arcaico” das sociedades sem escrita	284
2.2.2. O Direito na Antiguidade clássica	286
2.2.3. Dogmaticidade na Idade Média	292
2.2.4. O Direito na Era Moderna	294
2.2.5. Positivização do Direito no século XIX: o positivismo jurídico clássico	300
2.2.6. A história constitucional norte-americana	304

2.2.7.	O desenvolvimento do Estado social	307
2.2.8.	<u>Ciência do Direito na atualidade: pós-positivismo (após a Segunda Guerra, 1945)</u>	<u>310</u>
2.3.	<u>Jurisprudência dos conceitos, jurisprudência dos interesses e jurisprudência dos valores</u>	<u>313</u>
2.4.	<u>O realismo jurídico norte-americano e o escandinavo</u>	<u>319</u>
2.5.	<u>Equidade</u>	<u>322</u>
2.6.	<u>Direito e Moral</u>	<u>323</u>
2.6.1.	<u>Teorias diferenciadoras</u>	<u>324</u>
2.6.2.	<u>Julgamento moral e o Direito</u>	<u>330</u>
3.	<u>A interpretação do Direito</u>	<u>335</u>
3.1.	<u>Introdução</u>	<u>335</u>
3.2.	<u>A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo</u>	<u>337</u>
3.3.	<u>O método de interpretação pela lógica do razoável ...</u>	<u>341</u>
3.4.	<u>Interpretação constitucional, pré-compreensão e capacidades institucionais do intérprete</u>	<u>343</u>
3.5.	<u>A tópica jurídica de Theodor Viehweg e procedimento argumentativo</u>	<u>345</u>
3.6.	<u>Principais métodos da hermenêutica jurídica constitucional: resumo geral</u>	<u>346</u>
4.	<u>A filosofia do direito na história: breves apontamentos</u>	<u>348</u>
4.1.	<u>Filosofia do Direito na Antiguidade</u>	<u>348</u>
4.2.	<u>Filosofia do Direito na Idade Média</u>	<u>348</u>
4.2.1.	<u>O pensamento de Santo Agostinho</u>	<u>348</u>
4.2.2.	<u>O pensamento de São Tomás de Aquino</u>	<u>350</u>
4.3.	<u>Filosofia do Direito na Idade Moderna</u>	<u>351</u>
4.3.1.	<u>O pensamento de Thomas Hobbes</u>	<u>351</u>
4.3.2.	<u>O pensamento de John Locke</u>	<u>355</u>
4.3.3.	<u>O pensamento de Rousseau</u>	<u>358</u>
4.3.4.	<u>O pensamento de Immanuel Kant</u>	<u>362</u>
4.4.	<u>Filosofia do Direito na contemporaneidade (pós-Revolução Francesa)</u>	<u>368</u>
4.4.1.	<u>A Escola histórica do Direito e o pensamento de Savigny</u>	<u>368</u>
4.4.2.	<u>O pensamento de Karl Marx</u>	<u>370</u>
4.4.3.	<u>O positivismo jurídico de Hans Kelsen</u>	<u>372</u>

4.4.4. A crítica neojusnaturalista a Kelsen e o positivismo moderado de Norberto Bobbio	378
4.4.5. O liberalismo igualitário de John Rawls	382
4.4.6. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann	383
4.4.7. O positivismo jurídico inglês (Austin e Raz) e a controvérsia entre juspositivismo inclusivo e exclusivo	384
4.4.8. O debate sobre a superação do positivismo jurídico em Hart e Dworkin	388
4.4.9. Jeremy Waldron e a “democratic jurisprudence” ..	395
4.4.10. O pensamento pós-positivista de Robert Alexy ...	397
4.4.11. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas	401
4.4.12. As teorias da justiça depois de John Rawls: liberalismo conservador, marxismo analítico, comunismo e republicanismo	403
5. QUESTÕES DE CONCURSO	408
CAPÍTULO V – TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA	415
1. Direito objetivo e direito subjetivo	415
2. Fontes do Direito objetivo	417
2.1. Aspectos gerais	417
2.2. Princípios gerais de Direito	421
2.3. Jurisprudência	424
2.4. Súmula vinculante	426
3. Eficácia da lei no tempo	429
3.1. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro	430
3.2. Direito Penal	432
3.3. Direito Civil	436
3.4. Direito Constitucional	437
3.5. Direito do Trabalho	439
4. O conceito de Política	442
4.1. Aspectos gerais	442
4.2. Política e Direito	444
4.2.1. Disciplina jurídica e poder político	445
4.2.2. Jurisdição constitucional e judicialização da política	447

4.3.	Política e Ética	454
5.	Ideologias	456
5.1.	Ideologias políticas modernas	456
5.2.	Sentido marxista de ideologia	459
5.3.	Esquerda e direita para Norberto Bobbio	460
5.3.1.	Contestação e sobrevivência da distinção entre direita e esquerda	460
5.3.2.	Critérios de distinção entre direita e esquerda	462
5.3.3.	Igualdade e desigualdade	463
5.3.4.	Liberdade e autoridade	464
6.	A Declaração Universal dos Direitos do Homem	465
7.	Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Susten- tável	469
8.	Gênero, patriarcado e raça	486
8.1.	Gênero na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sus- tentável (ONU)	486
8.2.	Patriarcado e “poder doméstico”	488
8.3.	O “poder patriarcal” na doutrina liberal	492
8.4.	Conceitos básicos: sexo, gênero, identidade de gênero, sexualidade	496
8.5.	Discriminação e desigualdades de gênero	497
8.6.	Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça	500
8.6.1.	Origem	500
8.6.2.	Guia para magistradas e magistrados (“passo a passo”)	503
8.6.3.	Compilação de casos emblemáticos dos sistemas regional e internacional de proteção de direitos referenciadas no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero	508
9.	QUESTÕES DE CONCURSO	509
CAPÍTULO VI – DIREITO DIGITAL		517
1.	A 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	517
1.1.	Introdução	517
1.2.	Principais desdobramentos da revolução digital	521
1.3.	Conceitos fundamentais para a compreensão da virada tecnológica	522

1.3.1. Algoritmos	522
1.3.2. Inteligência artificial	525
1.3.3. <i>Machine learning</i> e <i>deep learning</i>	529
1.3.4. Internet das coisas	531
2. Transformações tecnológicas no contexto jurídico	532
2.1. Transformação digital no Poder Judiciário	532
2.1.1. Automação e transformação do processo	535
2.1.2. Audiências por videoconferência e telepresenciais	537
2.1.3. Cortes remotas	541
2.1.4. O projeto brasileiro de Justiça 4.0	546
2.1.5. O uso de ferramentas de inteligência artificial pelo sistema de justiça	552
2.2. Ciência de dados, jurimetria e vieses cognitivos	558
2.3. Blockchain e contratos inteligentes	562
2.4. Crimes virtuais e cibersegurança. <i>Deep web</i> e <i>dark web</i>	567
2.4.1. <i>Deep web</i> e <i>dark web</i>	567
2.4.2. A Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança	570
2.5. Criptomoedas e lavagem de dinheiro	572
3. LGPD, proteção de dados e a resolução CNJ nº 332/2020	578
4. Provas digitais	585
4.1. Conceitos fundamentais	585
4.1.1. Endereço de protocolo de internet (endereço IP), <i>domain names</i> e DNS	585
4.1.2. Provedores de conexão à internet	587
4.1.3. Provedores de aplicações de internet	588
4.1.4. Servidores proxy, VPN e rede TOR	589
4.2. O regime processual estabelecido pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	590
4.3. Metodologia básica para a produção da prova digital	594
4.4. Busca e apreensão virtual x interceptação de fluxo de dados: distinções necessárias	595
4.5. Busca e apreensão de dispositivos informáticos ou telemáticos, cadeia de custódia da prova, <i>bestiage</i>	596
4.6. Pedidos de preservação de conteúdo	598
5. QUESTÕES DE CONCURSO	599

CAPÍTULO VII – PRAGMATISMO, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL		601
1.	Função judicial e pragmatismo	602
1.1.	Contextualismo	604
1.2.	Antifundacionismo	605
1.3.	Consequencialismo ou instrumentalismo	606
1.4.	Perspectivas alternativas	606
1.5.	Crítica	606
2.	Conceitos epistemológicos fundamentais	607
2.1.	Racionalismo e Empirismo	607
2.2.	Dialética	608
3.	Consequencialismo e utilitarismo	609
4.	Análise econômica do direito	613
4.1.	Aspectos introdutórios	613
4.1.1.	Conceito, escopo e fundamentos	613
4.1.2.	História	615
4.1.3.	Racionalidade econômica, individualismo metodológico e custos de oportunidade	617
4.1.4.	AED positiva e normativa	619
4.1.5.	Teoria dos jogos e o dilema dos prisioneiros	621
4.1.6.	Economia comportamental	624
4.2.	Análise econômica do processo	625
4.2.1.	Eficiência processual	625
4.2.2.	Acesso à Justiça e os métodos adequados de resolução de conflitos	627
4.2.3.	Demandas frívolas e de valor esperado negativo	631
4.2.4.	Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica	633
4.2.5.	Coisa julgada	633
5.	Economia comportamental, heurística e vieses cognitivos	635
5.1.	Introdução: a “descoberta” dos processos heurísticos	635
5.2.	Heurísticas, vieses cognitivos e ruídos na atividade jurisdicional	638
5.2.1.	A imparcialidade “consciente”	638
5.2.2.	A identificação de vieses raciais na atividade jurisdicional: conhecendo o Implicit Test (IAT) e outros experimentos	640

5.3.	A classificação dos vieses cognitivos e sua identificação na atividade jurisdicional	644
5.3.1.	A sistematização inaugural proposta por Tversky e Kahneman	644
5.3.2.	Vieses derivados da heurística de representatividade	644
5.3.3.	Vieses derivados da heurística de disponibilidade ...	646
5.3.4.	Vieses derivados da heurística de ancoragem e ajustamento	648
5.4	Vieses cognitivos particularmente presentes na atividade processual: confirmação, retrospectiva, falácia da conjunção, impossibilidade de esquecimento de provas ilícitas e vieses de decisões sequenciais	650
5.5	Como confrontar os vieses cognitivos no setor público?	653
6.	Governança corporativa e <i>Compliance</i> no Brasil	654
6.1.	Introdução: entendendo o sistema de governança corporativa	654
6.2.	A governança corporativa no mundo	656
6.3.	O modelo de propriedade dispersa	660
6.4.	A teoria do agente-principal	661
6.5.	O papel da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)	662
6.5.1.	Introdução	662
6.5.2.	A responsabilização administrativa na Lei Anticorrupção	666
6.5.3.	A responsabilização judicial na Lei Anticorrupção	670
6.5.4.	A regulamentação da Lei Anticorrupção	672
6.5.5.	Acordos de leniência e programas de integridade (<i>compliance</i>)	675
6.6.	<i>Whistleblower</i>	679
CAPÍTULO VIII – DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO		683
1.	Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação	683
1.1.	Introdução	683
1.2.	Direito da antidiscriminação e direito das minorias. Preconceito e discriminação	685
2.	Modalidades de discriminação	687

2.1.	Discriminação direta e indireta, invisível e inconsciente. Teoria do impacto desproporcional (<i>disparate impact</i>)	688
2.2.	Racismo	690
2.2.1.	Conceito e distinções: racismo e discriminação ...	690
2.2.2.	Dimensões individualista, institucional e estrutural	691
2.2.3.	Racismo ambiental	696
2.2.4.	Constitucionalismo e racismo: a jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos e as Jim Crow laws	697
2.3.	Sexismo	704
2.3.1.	Conceito e dados	704
2.3.2.	O sexismo na filosofia política moderna	706
2.4.	Intolerância religiosa	707
2.5.	LGBTQIA+fobia	711
3.	Legislação internacional antidiscriminação	714
4.	Ações afirmativas	720
5.	Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais .	724
5.1.	Introdução	724
5.2.	Direitos assegurados na Constituição	725
5.3.	Direitos assegurados na legislação internacional	732
6.	QUESTÕES DE CONCURSO	742
BIBLIOGRAFIA		745